

# SESSÃO LIVRE

**MARGINALIDADE RELATIVA DO AFRICANISMO  
DE MARY DOUGLAS: NARRATIVAS DE UMA ANÁLISE  
DO CAMPO ACADÊMICO BRITÂNICO<sup>1</sup>**

*Christiano K. Tambascia\**

**Resumo:** A pesquisa etnográfica de Mary Douglas (1921-2007) no Congo Belga é pouco estudada no conjunto de sua obra, ainda que tenha sido crucial para sua formação intelectual. Meu objetivo é analisar os problemas enfrentados por Douglas em sua tentativa de inserção no campo britânico dos estudos africanistas, entre as décadas de 1940 e 1960, decorrentes principalmente de sua relação com outros antropólogos já estabelecidos, como Max Gluckman. Pretendo fornecer elementos que tracem hipóteses sobre a forma como as narrativas de marginalidade e os mecanismos de prestígio produziram efeitos na trajetória acadêmica da antropóloga.

**Palavras-chave:** Mary Douglas; Africanismo Britânico; História da Antropologia; Max Gluckman.

**Abstract:** Mary Douglas's (1921-2007) ethnographic research in the Belgian Congo is fairly unexplored in the sum of her work, despite being crucial to her intellectual upbringing. My objective is to analyse the struggles faced by Douglas in her efforts to integrate the British field of africanist studies, between the 1940's and the 1960's, risen mainly by her relation with other already established anthropologists, such as Max Gluckman. I intend to bring elements that formulate hypothesis concerning the way the marginality narratives, and the prestige mechanisms produced effects on the anthropologist's academic trajectory.

**Keywords:** Mary Douglas, British Africanism; History of Anthropology; Max Gluckman.

---

<sup>1</sup> Este texto é resultado de uma apresentação realizada durante a 27ª RBA, em 2010. Agradeço os comentários de Luciana Hartmann, Vânia Zikán Cardoso, Esther Jean Langdon e os colegas do GT "Narrativas em Performance: experiência, subjetivação e etnografia". Sou igualmente grato à CAPES pela bolsa de Estágio de Doutorado no Exterior que possibilitou esta pesquisa.

\* Doutor em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas.

### Introdução

Os trabalhos etnográficos acerca do continente africano produzidos por Mary Douglas (1921-2007), do final da década de 1940 até meados da década de 1960, são relativamente pouco analisados pelos historiadores da disciplina e pelos estudiosos da obra da antropóloga britânica. Entretanto, alguns elementos de sua teoria cultural, reconhecida principalmente com a publicação de *Pureza e Perigo* (Douglas, 1976), em 1966, já podem ser vislumbrados em suas reflexões sobre o simbolismo e as formas de racionalidade Lele do Congo Belga, onde fez seu trabalho de campo.

O objetivo deste texto é fornecer alguns elementos que possibilitem delinear uma análise das regras de inserção, próprias da academia britânica, ao campo<sup>2</sup> de estudos africanistas de meados do século passado, de modo a relativizar as narrativas<sup>3</sup> de uma marginalidade acadêmica de Douglas – levantadas pela própria autora. No final do artigo farei algumas considerações sobre a noção de experiência, que creio poder conciliar este cotejo entre as estruturas objetivas do campo e a subjetividade narrativa – mesmo que esta contraposição possa expor aparentes contradições. Pretendo, para tanto, dispor de material de arquivo – cartas, manuscritos e documentos das instituições em que a antropóloga trabalhou – para descrever a trajetória de Douglas e sua tentativa de estabelecer interlocuções com os autores africanistas já estabelecidos, neste período<sup>4</sup>. O estudo deste corpo documental foi possível, principalmente, através das pesquisas:

---

<sup>2</sup> Adoto aqui a noção de campo tal como formulada por Bourdieu (2001): um espaço relativamente autônomo de estruturas de relações sociais objetivas, em que devem ser compreendidas as produções e as disputas simbólicas dos agentes envolvidos, dadas suas posições, decorrentes de trajetórias e capitais simbólicos específicos.

<sup>3</sup> Narrativas, aqui, são consideradas sequências explicativas construídas, mas relacionadas, a eventos reais.

<sup>4</sup> Entendo por “africanistas” britânicos, os estudiosos formados por uma tradição antropológica particular que publicavam análises sobre o continente africano. Ou, como coloca Fardon, um pesquisador que

dos arquivos do *International African Institute* contidos na biblioteca da *London School Of Economics* em Londres e dos arquivos da Universidade de Northwestern, Evanston, onde Douglas lecionou na década de 1980 e para onde doou grande parte de seus manuscritos e correspondência.

Tive a oportunidade de entrevistar, ao longo do ano de 2007, alguns colegas e familiares de Mary Douglas, bem como a própria antropóloga, pouco antes de sua morte aos 86 anos. Isto permitiu discutir algumas das hipóteses delineadas por mim, ou por outros pesquisadores da disciplina, sobre os desafios enfrentados por Douglas em seu desejo de reconhecimento e interlocução, ao encarar os discursos sobre seu lugar na literatura antropológica como indícios das forças institucionais em jogo. Espero também poder fornecer exemplos da importância de seu trabalho de campo para a produção teórica que a consagrou internacionalmente. Talvez seja possível ver sob uma nova luz a trajetória intelectual da autora, ao assumir que estruturas institucionais e redes de colaboração assumem um peso, por vezes, pouco considerado na história da antropologia.

---

“fizesse o esperado: produzir anualmente uns dois artigos etnográficos caprichados, fazer a resenha da bibliografia referente a sua região para publicações especializadas, terminar sua monografia e partir para estudos regionais comparados” (Fardon, 2004, p. 93). É claro que à época da pesquisa de campo de Mary Douglas este grupo abarcava a maior parte dos antropólogos britânicos. Entretanto, há uma conotação empírica ao termo, mesclada à suposição de que existe um campo específico de estudos focados em temas correlatos. Se Douglas iria utilizar dados etnográficos sobre os Lele pelo restante da carreira, parece ser implicitamente aceito que depois da publicação de *Pureza e Perigo* ela não mais foi considerada uma africanista “profissional”.

### **A pesquisa etnográfica no Congo**

A despeito da perspectiva claramente estrutural-funcionalista, a etnografia congoleza de Mary Douglas não deixa, entretanto, de demonstrar os interesses da autora pela relação entre cosmologia, instituições sociais e padrões culturais, desenvolvidos principalmente a partir da década de 1960. Igualmente, se considerarmos que seus escritos africanistas tocam em alguns pontos caros aos antropólogos da Universidade de Manchester – que pesquisaram em territórios próximos aos visitados por Douglas, e cujas teorias já pareciam superar a perspectiva do estudo de uma sociedade africana “tradicional”, intocada pelo aparato colonial – o silêncio por parte destes autores da época à publicação de sua monografia *Lele* (Douglas, 1963), ignorada pelos primeiros, parece estranho.

Em entrevista a Peter Fry (Douglas, 1999c), a antropóloga fornece alguns indícios para sua explicação deste silêncio, aparentemente menos em termos teóricos do que por motivos pessoais, ao lembrar de forma um tanto amarga da vinda de Gluckman e “seus escudeiros” para Oxford, ainda antes de formarem a escola de antropologia em Manchester. Fardon também alude às relações conturbadas entre Douglas e Gluckman, estendidas aos seus colaboradores, transformando-as no elemento chave de sua análise da marginalidade acadêmica<sup>5</sup>, que, segundo o autor, não é uma hipótese sua, mas reproduzida das conversas com sua antiga professora<sup>6</sup>. Segundo Fardon, “o fato de a publicação de *Os lele* ter passado relativamente despercebida na antropologia britânica reforçou os sentimentos de marginalização e desvalorização que Douglas vivenciava, sob vários aspectos” (Fardon, 2004, p. 98).

Na realidade, Mary Douglas havia dedicado um capítulo de sua monografia ao “impacto europeu na sociedade *Lele*” (Douglas, 1963), em consonância com as críticas de Gluckman

---

<sup>5</sup> Marginalidade esta que não importa tanto, aqui, se imaginada ou real, como deixarei claro adiante.

<sup>6</sup> Comunicação pessoal com o autor.

aos estudos de aculturação, ou aos estudos que abdicavam de uma perspectiva processual e não-estática. Richard Werbner, antropólogo formado em Manchester, também assinalou a importância da antropologia desta universidade para Mary Douglas, que foi resenhista incansável das obras dos autores deste grupo. Afirma Werbner, ao também tocar na questão da marginalidade:

Talvez o primeiro reconhecimento externo de que uma nova escola tinha surgido veio em uma resenha de Douglas, uma antropóloga treinada em Oxford familiarizada (ainda que marginal) com a área principal e o grupo de trabalho original da Escola (Werbner, 1993, p. 158)<sup>7</sup>.

Entretanto, a despeito da previsão de alguns autores<sup>8</sup> de que a monografia *Lele* seria um clássico na disciplina, o livro nunca foi referência nos cursos de formação no Reino Unido.

Talvez seja importante expor rapidamente alguns dos elementos da etnografia *Lele*, bem como indicar a importância da experiência etnográfica no Congo para as publicações de Douglas que de fato receberam reconhecimento acadêmico, antes de continuar a refletir sobre estas narrativas acerca de uma marginalidade. Os dados etnográficos de suas duas viagens ao Congo<sup>9</sup> foram utilizados por Douglas em publicações “mais teóricas” (Douglas, 1970 e 1976) e ajudaram a tecer comparações entre suas reflexões acerca das regras para a prevenção de malefícios (expressas, simbolicamente, nas descrições de restrições alimentares e sexuais), com as normas contidas no Velho Testamento. Já em 1953 é possível identificar, na correspondência da autora, a preocupação com as regras contidas nas Escrituras sobre pureza e poluição – que sem dúvida remete à influência

---

<sup>7</sup> Tradução livre do autor.

<sup>8</sup> Vansina (1964a, 1964b) e Kuper (1963).

<sup>9</sup> No final da década de 1940 e começo da década de 1950, e depois, por mais alguns meses, durante 1953.

dos estudos sobre tabu de Franz Steiner, que lecionava em Oxford na mesma época em que Douglas iniciou sua carreira (Douglas, 1999a). Pouco depois de sua volta do Congo, por exemplo, Douglas escreveu para diversas sociedades católicas pedindo informações sobre pureza ritual nos textos sagrados, para que pudesse compará-las com suas observações sobre a estrutura social e a cosmologia Lele<sup>10</sup>.

Douglas também pediu a opinião de alguns médicos sobre os rituais de cura e as técnicas Lele para evitar o perigo, já demonstrando sua preocupação acerca da poluição e a relação entre o substrato simbólico das formas de prevenção de risco e a manutenção da estrutura social. Em 16 de dezembro de 1953, por exemplo, F. M. Day, oficial médico de saúde de Londres, enviou uma carta para Douglas em que explicava que certos procedimentos rituais “primitivos” têm certa validade médica:

Seu costume de postergar o funeral não é um que tenha muita significação médica. Você enfatiza que eles consideram matéria animal em putrefação como sujeira por excelência, de modo que é claro que cadáveres não seriam manuseados exceto de maneira mínima. Odores putrefatos de cadáveres, ainda que muito desagradáveis para o nariz, e o cadáver para os olhos, são deveras inofensivos do ponto de vista da doença.<sup>11</sup>

Douglas também se mostrou interessada na opinião de especialistas em botânica, sobre a possibilidade de alguma validade científica no tratamento Lele, com ervas e plantas, de certas chagas. Mas são em suas cartas para estudiosos da religião, ao indagar sobre as formas de prevenção das impurezas rituais tais como descritas no Velho Testamento, que é possível entrever

---

<sup>10</sup> Ver a este respeito, Northwestern University Archives (doravante NUA), Mary Douglas papers, series 11/3/2/2, box 5, folder 9.

<sup>11</sup> Day para Douglas, 16 de dezembro de 1953. NUA, Mary Douglas papers, series 11/3/2/2, Box 1, folder 2. Tradução livre do autor.

alguns dos temas desenvolvidos pela antropóloga em meados década de 1960 sobre as normas simbólicas e sua base social e institucional. Estava delineado o projeto de uma sociologia do conhecimento que encontrou na teoria cultural de base bastante ambiciosa a possibilidade de uma ferramenta analítica que lidasse com sistemas de conhecimento africanos e ocidentais.

Em carta de 25 de março de 1955, o padre O'Donovan forneceu uma extensa descrição de comentaristas e estudiosos do Velho Testamento que analisaram as proibições alimentares acerca das ideias de poluição contidas nas Escrituras. Um pequeno trecho permite identificar o interesse de Douglas sobre as noções de impureza, prefigurando a questão sobre a interpretação das Leis Sagradas pelos grupos que as significam. O'Donovan, inclusive, levanta o tema do sentido simbólico das normas – a “autenticidade” dos livros do Pentateuco, algo que, para Douglas, perdia importância quando contrastado com seu substrato racional:

Qualquer consideração sobre a questão da origem (e desenvolvimento?) da Lei Mosaica sobre impureza e o resto como expressa no Levítico nos leva ao campo de batalha sangrento sobre a origem e autenticidade do Pentateuco (...) Muito antes do “Ramo de Ouro”, escritores cristãos estavam compelidos a buscar uma prova da transcendência de sua religião. Apologistas pagãos do segundo século encontraram facilmente argumentos contidos no V.T. para justificar suas práticas.<sup>12</sup>

Em suas notas de campo, Douglas também se mostrava atenta para a simbologia ritual encontrada nos resguardos alimentares e sexuais da sociedade Lele, e sua relação com as formas de evitar os efeitos do perigo da feitiçaria, causa dos males

---

<sup>12</sup> O'Donovan para Douglas, 25 de março de 1955. NUA, Mary Douglas papers, series 11/3/2/2, Box 5, folder 9. Tradução livre do autor.

e das tensões sociais que pareciam reforçar uma ordem moral simbolicamente mediada. Por exemplo, em agosto de 1953, Douglas escreve:

*Adulterio perigoso para uma mulher se doente. Se seu marido está doente, e você tem relações sexuais com outro homem, ele ficará muito pior. Por exemplo a lepra de Pung, recuperação atrasada pelo abandono de Whahela e indo ficar com outro homem. Não apenas homens, mas mulheres e crianças, qualquer pessoa doente, está em perigo e pode morrer se colocada em contato com alguém que teve relações sexuais, mesmo lícitas, e igualmente com uma mulher em seu período menstrual.<sup>13</sup>*

Suas anotações de campo estão recheadas de observações que deixam entrever as causas atribuídas pelos Lele para o infortúnio, pela ação mágica. Não cabe aqui realizar uma análise densa da etnografia de Mary Douglas, mas é importante ressaltar que os dados etnográficos lhe permitiram perceber a importância da relação entre as faltas sociais e um vocabulário simbólico religioso expresso na noção de contaminação e impureza rituais quando em contraste com a quebra das normas devidas para cada membro da sociedade. As formas de racionalidade calcadas em crenças em magia e feitiçaria, no âmbito da esfera religiosa (mas indissociável da economia e da política entre clãs e vilas), possibilitou que a relação entre cosmologia e morfologia social fosse estudada em diferentes sociedades (não mais na perspectiva evolucionista que dissociava o pensamento “primitivo” do ocidental). Afirma Douglas sobre o lugar de sua pesquisa africanista no conjunto de sua obra:

---

<sup>13</sup> Caderno de campo de Mary Douglas, 13 de agosto de 1953. NUA, Mary Douglas papers, series 11/3/2/2, box 2, volume 2. Grifo no original. Tradução livre do autor.

Eu nunca me sentiria impelida a tentar uma leitura antropológica do Levítico se durante o trabalho de campo africano eu não tivesse sido confrontada por regras dietéticas locais, e então pensado em procurar a passagem no capítulo 11 sobre animais proibidos. Eu na verdade citei o Levítico e a passagem paralela no Deuterônimo no meu "Animals in Lele religious symbolism" (1957). O que eu escrevi dez anos depois sobre impureza e poluição em *Purity and Danger* (1966) foi motivado pela experiência de campo, endurecida pelo treinamento da antropologia de Oxford e enriquecido por alguma leitura sobre psicologia da percepção. (Douglas, 1999b, p. vi).

Não parece difícil imaginar uma espécie de projeto intelectual que a antropóloga desenvolveu durante sua carreira e que remonta, reflexivamente, a ideias que teve mesmo em períodos bastante iniciais de suas publicações. A despeito da inexistência de uma autobiografia no sentido estrito do termo, Douglas forneceu, em pequenos textos, entrevistas e mesmo em prefácios de alguns de seus livros, pistas dos rumos de sua teoria, deixando claro o lugar de destaque de sua pesquisa africanista na mesma<sup>14</sup>.

Há que se levar em consideração o risco que a noção de projeto intelectual pode suscitar no caso da análise da obra de Mary Douglas, tendo em mente as objeções feitas por Pierre Bourdieu (1997) sobre a possibilidade do indivíduo pautar sua história social pela ideia de uma direção lógica determinada. Entretanto, esta noção de auto-reflexão, que coloca a etnografia Lele como o ápice de sua obra<sup>15</sup> (Douglas, 1998), é parte

---

<sup>14</sup> Exemplos são Douglas (1970), Douglas (1983), Douglas (1989), Douglas (1999c) e Douglas (2002).

<sup>15</sup> Em conversa com o autor, Douglas reiterou o desejo, infelizmente não realizado, de publicar mais uma obra sobre a etnografia Lele – confirmado por conversas com familiares e colegas.

constitutiva de sua experiência como intelectual britânica. Experiência que, se levada a sério, não pode deixar de lado uma série de narrativas que aparentemente contradizem a imagem de uma pensadora influente e imbuída de prestígio. São informações delicadas, que requerem um cuidado especial ao tratar da carreira de Mary Douglas, mas que sob a luz de uma análise do contexto do campo acadêmico britânico, especialmente o africanismo praticado em meados do século passado, adquirem significado especial. Afinal, é possível falar de marginalidade, mesmo que relativa, no caso de Douglas? Ao adotar uma metodologia que conjugue uma análise do campo acadêmico e das relações entre os autores do período ao estudo de sua trajetória neste contexto talvez seja possível enxergar como a antropóloga experimentou (experiência tornada visível não apenas em entrevistas, mas no conjunto de suas reflexões e nas interlocuções intelectuais alcançadas) este processo da história da disciplina.

---

#### **Os primeiros passos de inserção na academia, a relação com Max Gluckman e narrativas de marginalidade relativa**

É importante retomar a questão da marginalidade no caso de Mary Douglas, tal como exposta por Richard Fardon. Já no início da biografia intelectual de Douglas, o autor afirma:

Em Mary Douglas, foi impossível desconhecer o sentimento de marginalização disciplinar que inaugurou sua carreira. Ele envolveu questões de personalidade e do contexto institucional. Num sentido lato, era quase fatal que uma inglesa de classe média, católica romana praticante, da geração de Douglas e movida por grandes ambições sentisse um certo grau de marginalização numa disciplina que – afora o fato de ser de classe média, por definição – não era nenhuma dessas coisas. (Fardon, 2004, p. 21).

Fardon analisa uma série de desavenças que Douglas sofreu ao longo dos anos, especialmente pelos que criticavam sua tentativa de “colonizar” outras áreas do conhecimento e mesmo de fazer uma antropologia menor, fútil (como analisar os costumes alimentares da sociedade inglesa). Entretanto, apesar do autor assinalar a difícil relação de Douglas com Max Gluckman, que em meados da década de 1940 e por toda a década seguinte encabeçou o grupo africanista hegemônico no Reino Unido, acredito que esta impossibilidade de ingressar na rede dos estudos africanistas praticados em Manchester deva ser mais densamente estudada.

De seus anos em Oxford, posteriormente pela *University College* de Londres, e pela Universidade de Northwestern no norte de Chicago, há que se levar em consideração a estrutura do campo acadêmico britânico e a história da disciplina no país. Especificamente, no campo africanista, a constituição de uma rede de relações entre alguns intelectuais, em sua maioria vindos do *Rhodes Livingstone Institute* na Rodésia do Norte, para a Universidade de Manchester, é crucial para compreender as dificuldades de Douglas em criar um espaço de atuação e renome, que talvez exponha fatores concretos de uma marginalidade<sup>16</sup>.

Schumaker (Schumaker, 2001 e 2004), por exemplo, lembra que os antropólogos do instituto possuíam mais do que uma agenda teórica comum: partilhavam uma experiência de pesquisa. Dificuldades similares em campo eram discutidas, imprimindo uma considerável coesão ao grupo de intelectuais que, posteriormente, se deslocariam da África para o Reino Unido, quando Gluckman assumiu a cátedra de antropologia em Manchester no final da década de 1940.

---

<sup>16</sup> Heloísa Pontes (2004), por exemplo, ao analisar a constituição do campo intelectual e cultural modernista paulista apontou para algumas particularidades do meio teatral para a obtenção de um renome no caso das artistas, em um mesmo período em que as dificuldades próprias da crítica cultural tornavam esta tarefa mais árdua para as intelectuais.

Ainda que não concorde inteiramente com Fardon, que toma a escassa repercussão que a principal monografia Lele publicada por Douglas (Douglas, 1963) como o principal indicativo da marginalização da autor<sup>17</sup>, não é possível desconsiderar o lugar reservado à sua obra etnográfica na história da antropologia britânica – e na antropologia de língua francesa, já que esta foi discutida por diversos autores desta tradição, como Luc de Heusch (1981) e Lévi-Strauss (1993).

Jan Vansina, já citado, fez pesquisa de campo em região próxima ao território Lele, na mesma época em que Douglas esteve na África, e ambos puderam trocar informações etnográficas importantes. Em comunicação pessoal com o autor, Vansina comenta:

Silêncio relativo, “Escola de Manchester” – dada a influência do marxismo lá versus a posição “liberal” de Mary no final dos anos 1960, isto não é surpreendente. Mais um fator relacionado com a tentativa de fazer de Manchester “o” lugar para uma antropologia *social* africana (...) mas Mary talvez reclamasse muito facilmente. Seu *Natural Symbols* a fez famosa em vários círculos intelectuais, uma situação sem dúvida invejada por alguns, que pode explicar algumas reticências.<sup>18</sup>

Talvez seja necessário considerar o cuidado de Vansina em relação à questão da marginalidade de Douglas. Mas existem outros indícios que apontam para uma dificuldade em lidar com a estrutura do campo acadêmico. Em um debate com Gluckman, por exemplo, é possível entrever uma espécie de legitimidade calcada na senioridade acadêmica, que deixou clara a fragilidade da posição ocupada por Douglas. Esta publicou uma resenha do livro organizado por Gluckman e Elizabeth Colson, *Seven Tribes*

---

<sup>17</sup> Vários artigos que precederam a publicação da monografia de 1963 foram discutidos por alguns dos principais autores do período.

<sup>18</sup> Comunicação pessoal com o autor. Ênfases no original.

of *British Central Africa* (Gluckman e Colson, 1951), em que critica a organização do livro e a não tentativa de comparação dos dados apresentados (Douglas, 1952). Os autores da coletânea publicaram uma resposta, na qual questionavam a capacidade de Douglas de criticar a pesquisa, por desconhecer tanto o funcionamento do instituto Rhodes-Livingstone, quanto os procedimentos de uma coletânea de artigos comparados (Gluckman e Colson, 1952). Este desconhecimento, conclui-se, advinha de uma alegada inexperiência de Douglas, por ser uma antropóloga jovem e “de fora”.

Mas resta precisar melhor esta noção de marginalidade relativa em Mary Douglas, e também sobre a maneira em que esta noção se mostra indissociável de sua experiência no campo africanista britânico.

---

### Experiência e estruturas

Em iluminador texto (Douglas, 1990), em que escreve sobre a coletânea de Victor Turner e Edward Bruner, *Anthropology of Experience* (Turner e Bruner, 1986), Mary Douglas atenta, curiosamente, para a faceta pessoal da vida de Turner, seus interesses pelo drama, teatro e performance quando jovem, entendidos por ela como elementos significativos para os resultados da pesquisa condensados no livro. É como se houvesse uma semente adormecida, que cresceu progressivamente, que a autora diz ter se dado conta somente quando conheceu Turner: como se seu senso de humor escocês mordaz estivesse limitado por uma formação estrutural-funcionalista (e pela influência da antropologia política de Manchester) muito rígida.

Victor Turner, segundo Engelke (2004), ressentiu-se do que considerou uma ênfase exagerada nos aspectos políticos de sua pesquisa entre os Ndembu, exigência de seu orientador, Max Gluckman, para a defesa de sua tese. Acabou por aceitar realizar, juntamente com sua esposa Edith, que partilhava de suas preferências metodológicas e o ajudou na pesquisa que resultou

em *Schism and Continuity in an African Society* (Turner, 1957), uma “sociologização” de seu material de pesquisa, em detrimento das análises do simbolismo ritual que os interessavam. De fato, parece que a ida do casal para os Estados Unidos na década de 1960 foi largamente influenciada pela insatisfação crescente em Manchester. Em Chicago, onde passou a lecionar e onde Mary Douglas iria residir pouco tempo depois – segundo Peter Fry, seu antigo aluno, “exilada”<sup>19</sup> – e onde encontravam-se constantemente, Turner iria desenvolver mais livremente seus interesses sobre os aspectos dramáticos dos rituais.

O importante de se reter da observação de Mary Douglas, entretanto, é pensar sobre as maneiras como a antropóloga via, nos trabalhos da coletânea, a relação entre performance e experiência e as maneiras como estes são padronizados. É a herança, admitida por ela mesma, do durkheimianismo que guiou toda sua obra.

Ressaltei o comentário de Douglas sobre o trabalho de Turner porque gostaria de pensar exatamente sobre a possibilidade de compreender sua experiência de marginalidade à luz de um processo mais abrangente de significação. Não fujo, neste sentido, do próprio projeto douglasiano de buscar a relação entre a estrutura social e as formas simbólicas e morais que as legitimam.

Hartmann (2005) acertadamente relaciona a apreensão da experiência vivida com as narrativas, sejam elas expressas em performances ou em textos. Ou seja, entre a experiência de um processo, constituído em uma certa estrutura que lhe dá sentido, e sua enunciação, há uma reconstrução, passível de apreensão. Paul (1987) acredita que há uma diferença entre a “objetificação” da experiência em textos, objetos e outras “produções culturais”, mas partilha da premissa que estas formas de compreensão do mundo devem ser estudadas no interior de padrões culturais em partilha. Pessoalmente, acredito que indagar sobre marginalidade em conversas com Mary Douglas tem efeitos

---

<sup>19</sup> Comunicação pessoal com o autor.

distintos da apreensão desta narrativa tal como encontrada em suas publicações. Mas ambas perspectivas compõem o quadro em que sua experiência sobre o lugar reservado à sua pesquisa etnográfica na literatura antropológica significam.

Em março de 2007, apenas alguns meses antes de Mary Douglas falecer, eu a entrevistei. A antropóloga já estava debilitada fisicamente, mas parecia não querer abandonar sua rotina de trabalho e fez questão de oferecer um apetitoso lanche, bem como um passeio pelo bairro londrino em que morava. Conversamos sobre a possibilidade de entender sua alegada marginalidade acadêmica através de uma análise do campo intelectual britânico, o que parece tê-la empolgado. Parecia considerar que uma abordagem de inspiração no trabalho de Bourdieu poderia ajudar a descrever uma estrutura que orquestrava os sentidos e os rumos de sua trajetória. Ficou especialmente animada ao relembrar seus anos no Congo, ao tentar relacionar sua própria formação católica com a experiência de campo, como uma matriz para sua análise das formas de organização de hierarquia nas sociedades.

Também me contou que não tinha grande consideração por Gluckman e seus “guarda-costas”, como chamou Clyde Mitchell, John Barnes e outros teóricos ligados ao grupo. O mal-estar havia começado desde que lera uma crítica contundente que Gluckman escrevera sobre Malinowski, o que Mary Douglas considerou que só poderia resultar de um homem que não fosse bom<sup>20</sup>.

No entanto, ambos – Gluckman e Douglas – já haviam trabalhado juntos. Ele fora seu supervisor no projeto do *Ethnographic Survey of Africa*<sup>21</sup> e quase fora seu orientador,

---

<sup>20</sup> Na verdade não são poucos os relatos sobre o humor difícil e o temperamento controlador de Gluckman, mesmo de ex-alunos e colaboradores próximos (Middleton, 1999; Leach, 1984; Gewald, 2007).

<sup>21</sup> Projeto empreendido pelo *International African Institute* sob coordenação de Daryll Forde e que foi constituído por diversas publicações acerca dos aspectos sociais, políticos e econômicos de regiões da África, principalmente as controladas pelo Império Britânico.

quando ainda estava em Oxford, antes de ir para Manchester. Entretanto, é interessante o fato dela indagar-se, frente às minhas perguntas sobre este pouco reconhecimento de que falou Fardon, o que poderia ter acontecido se ela tivesse colaborado com Gluckman e rumado para Manchester. Oxford ainda era considerado o centro de antropologia de maior prestígio no Reino Unido, mas Manchester logo se tornaria o polo africanista por excelência. De modo que, sua ida para a universidade e a participação nas redes de interlocução de seu departamento de antropologia, seguramente trariam à Douglas reconhecimento e apoio de pesquisa.

É importante notar que a entrevista de Douglas, ainda que guiada por minhas perguntas e indagações, tinha um caráter de repetição que me chamou a atenção. Foram elementos que ouvi em outras entrevistas e que Fardon me confirmou depois, confidenciando conversas que ele mesmo teve com a antropóloga. É como se houvesse um discurso sobre os problemas que a afastaram do africanismo, que não hesitava em comentar, já em sua maturidade acadêmica, com os amigos próximos ou com um antropólogo brasileiro, que não tinha relações explícitas de alianças no interior do campo acadêmico britânico. Se, por um lado, essas expressões sobre uma marginalidade relativa (ao menos para o campo africanista) pareciam absurdas, ainda mais para uma antropóloga tão influente, por outro lado, me deixavam à vontade para não rejeitá-las por completo.

Minha hipótese é de que essa noção de marginalidade aponta para um elemento crucial na obra de Mary Douglas, que é a reflexividade de sua teoria, sobre como o pensamento simbólico é padronizado. Foi este projeto que inspirou, afinal, seus livros publicados a partir da década de 1960 e a comparação entre os dados etnográficos africanos, seja com a observação dos rituais próprios da sociedade inglesa, seja com as regras dietéticas do Velho Testamento.

Mary Douglas parecia ter uma noção muito refinada do lugar de cada livro e de cada problema ou interesse de análise no conjunto de sua obra, e ressentia-se por ser conhecida

basicamente por *Pureza e Perigo*, um livro que considerou, pouco tempo depois de sua publicação, incompleto (ainda que no caminho certo), e mesmo equivocado em alguns sentidos (Douglas, 1975). Enquanto a etnografia dos Lele, que considerava tão importante, fosse tão esquecida.

Creio que estas reflexões permitem pensar na questão de “o que falar sobre marginalidade realmente significa”? Por que estas reiteradas expressões sobre sua experiência de marginalidade na academia britânica? Ela estaria chamando atenção para determinadas regras próprias da antropologia africanista britânica? Afinal, me parece que os significados destas narrativas orais, não exatamente particulares e privadas, só podem ser realmente compreendidas com o conhecimento de outras formas de reflexão, talvez mais teóricas, presentes no conjunto de sua obra escrita.

Um leitor atento a estas reflexões e as narrativas de sua experiência talvez pudesse levantar algumas hipóteses. Mary Douglas, provavelmente como qualquer outra pessoa, gostaria de ser reconhecida. Mas tal reputação parecia vir principalmente de antropólogos de fora da academia britânica ou de estudiosos de outras áreas do conhecimento. Foi apenas na volta ao Reino Unido, em 1989, que Douglas recebeu um significativo reconhecimento, tornando-se uma “fellow” da academia britânica, indicativo do quanto esta havia mudado durante os 10 anos em que estivera nos Estados Unidos (Fardon, 2007). Em 1992, recebeu o título de “Commander of the British Empire”, e pouco antes de falecer foi tornada Dama do Império, pelas mãos do príncipe Charles.

Talvez a própria experiência “fora de lugar”, expressa nesta noção de marginalidade, permita, em um sentido bem querido por Douglas, deixar evidentes as regras partilhadas, os padrões de inteligibilidade, as exigências e convenções da antropologia britânica. Enfim, reclamar que uma parte que considerava crucial de sua obra não recebeu atenção é atentar para a incompletude da apreciação da mesma, mas também mostrar quais eram as “regras do jogo”.

Mas, afinal, seria importante compreender os sentidos destas narrativas referentes à marginalidade de acordo com o tipo de estrutura do campo acadêmico britânico? Estaria seguindo, aí, acredito, um pouco de seu próprio interesse na relação entre simbolismo, observado nas formas de classificação e ordenação do mundo, com as estruturas sociais subjacentes. Ou seja, entre experiência e contexto social.

Acredito que quando Mary Douglas fala de marginalidade, todo um contexto do campo acadêmico deve ser também analisado: a rede de relações sociais de que não conseguiu (ou não quis) participar, as estruturas de prestígio, as oportunidades de financiamento (que no caso de Mary Douglas tinham grande importância na possibilidade de fazer pesquisa). Afinal, essas narrativas iluminam um pouco a maneira como estas estruturas do campo foram significadas por alguns dos sujeitos que as vivenciaram.

As informações que me passava sobre esta época talvez possam ser compreendidas como ferramentas para expressar o lugar que seu trabalho de campo teve em sua trajetória, além da percepção que tem do lugar que acredita que atribuem a esta experiência na apreciação de sua obra. Experiência que, segundo Joan Scott (1999), não se distingue da elaboração discursiva e simbólica dela mesma, mas guia ação e é constitutiva da percepção de si. As experiências criadas em dadas estruturas sociais acabam também por agir no processo social.

Em seu livro *Implicit Meanings* (Douglas, 1975), Mary Douglas revê algumas de suas análises em *Pureza e Perigo*, ao analisar a maneira como Turner pensava a relação entre o simbólico e o social de forma que os significados constituídos fossem “misturados” dinamicamente, evitando impor as categorias do próprio pesquisador no material analisado. Afirma Douglas:

Não se deveria nunca mais ser permitido prover uma análise de um sistema entrelaçado de categorias de pensamento que não tenha nenhuma relação demonstrável com a vida social das pessoas que

pensam nestes termos. Por exemplo, minha própria discussão das categorias animais no Velho Testamento, uma análise do Levítico 11 em *Purity and Danger* (1966), não pode ser aceitável segundo os padrões expostos<sup>22</sup>. (Douglas, 1975, p. 144).

Em outro momento, a antropóloga continua a tratar do mesmo tema:

Em *Purity and Danger* eu tracei um paralelo entre a classificação Lele de animais com aquela em Levítico 11. Ralph Bulmer foi a única pessoa que protestou que ao escrever sobre cosmologia Hebraica eu fizera a mesma coisa que o resto do livro foi escrito para evitar. Era uma análise de um sistema de ideias com nenhuma possibilidade de demonstração de sua conexão com as preocupações dominantes das pessoas que as usaram para pensar<sup>23</sup>. (Douglas, 1975, pp. 207-208).

Lembrar da apreciação da obra de Victor Turner por Mary Douglas remete à observação da antropóloga sobre a necessidade de priorizar a análise de sistemas simbólicos, cuja influência na forma cotidiana de pensar e agir das pessoas fosse comprovável. Em outras palavras, ao comentar sobre aspectos da vida pessoal de Turner e relacioná-los à sua produção teórica, Douglas aponta para uma semelhança de procedimentos lógicos e simbólicos. Seguindo as pegadas de Douglas, procurei fazer o mesmo com sua trajetória. Levar a sério as narrativas sobre sua relativa marginalidade na antropologia britânica e sobre o lugar que ali foi reservado para sua produção etnográfica, significa atentar para as lógicas que orientavam o modo de pensar e agir que compunham o contexto em que sua obra foi produzida.

---

<sup>22</sup> Tradução livre do autor.

<sup>23</sup> Idem.

Entendê-la apenas a partir das narrativas *a posteriori* que a descrevem como uma grande e influente teórica da disciplina seria deixar de lado uma parte vital da compreensão desta mesma obra. Algo como reduzir o *ethos* hebraico às interdições do Levítico.

### Bibliografia

- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In \_\_\_\_\_. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus. 1997.
- \_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001.
- DOUGLAS, M. Resenha de Elizabeth Colson e Max Gluckman (eds). Seven Tribes of British Central Africa. *Africa*, vol. 22, n. 1, pp. 81-82. 1952.
- \_\_\_\_\_. *The Lele of the Kasai*. London: Oxford University Press. 1963.
- \_\_\_\_\_. *Natural Symbols: Explorations in Cosmology*. London: Barrie and Rockliff/ Cresset Press. 1970.
- \_\_\_\_\_. *Implicit Meanings: Essays in anthropology*. London: Routledge % Kegan Paul. 1975.
- \_\_\_\_\_. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Editora Perspectiva. 1976.
- \_\_\_\_\_. Resenha de Victor Turner e Edward Bruner, The Anthropology of Experience. *American Anthropologist*, New Series, vol. 92, n. 1, pp. 252-254. 1990.
- \_\_\_\_\_. 1998. *Como as Instituições Pensam*. São Paulo: Edusp.
- \_\_\_\_\_. Franz Steiner: A Memoir. In ADLER, J.; FARDON, R. *Franz Steiner – Selected Writings: Volume 1: Taboo, Truth, and Religion*. New York; Oxford: Berghahn Books. 1999a.
- \_\_\_\_\_. *Leviticus as Literature*. Oxford: Oxford University Press. 1999b.

- \_\_\_\_\_. Racionalismo e crença – entrevista concedida a Peter Fry em dezembro de 1998. *Mana*, vol. 5, n. 2, pp. 145-156. 1999c.
- ENGELKE, M. 'The Endless Conversation': Fieldwork, Writing, and the Marriage of Victor Turner and Edith Turner. In HANDLER, R. (ed.). *Significant Others: Interpersonal and Professional Commitments in Anthropology*. History of Anthropology. Madison: The University of Wisconsin Press. 2004.
- FARDON, R. *Mary Douglas: Uma biografia intelectual*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2004.
- \_\_\_\_\_. Obituary: Dame Mary Douglas. *The Guardian*, sexta-feira, 18 de maio. 2007.
- GEWALD, J. B. Researching and Writing in the Twilight of an imagined conquest: Anthropology in Northern Rhodesia 1930-1960. *History and Anthropology*, vol. 18, n. 4, pp. 459-487. 2007.
- GLUCKMAN, M.; COLSON, E. *Seven Tribes of British Central Africa*. London: Oxford University Press for the Rhodes-Livingstone Institute of Northern Rhodesia. 1951.
- \_\_\_\_\_. Seven Tribes in Central Africa (resposta à resenha de Mary Douglas em *Africa*, v. 22, n.1). *Africa*, vol. 22, n. 3, pp. 271-274. 1952.
- HARTMANN, L. Performance e experiência nas narrativas orais da fronteira entre Argentina, Brasil e Uruguai. *Horizontes Antropológicos*, ano 11, n. 24, pp. 125-153. 2005.
- HEUSCH, L. *Why Marry Her? Society and symbolic structures*. Cambridge: Cambridge University Press. 1981.
- KUPER, A. 1963. Resenha de Mary Douglas, The Lele of the Kasai. *African Studies*, vol. 22, n. 3, pp. 134-135.

- LEACH, E. Glimpses of the Unmentionable in the History of Social Anthropology. *Annual Review of Anthropology*, vol. 13, pp. 1-23. 1984.
- LÉVI-STRAUSS, C. Reflexões sobre o átomo de parentesco. In: \_\_\_\_\_. *Antropologia Estrutural II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1993.
- MIDDLETON, J. An Interview with John Middleton – entrevista concedida para Deborah Pellow. *Current Anthropology*, vol. 40, n. 2, pp. 217-230. 1999.
- PAUL, R. Resenha de Victor Turner e Edward Bruner (eds.), *Anthropology of Experience*. *American Ethnologist*, vol. 14, n. 3, pp. 564-565. 1987.
- PONTES, H. A. A burla do gênero: Cacilda Becker, a Mary Stuart de Pirassununga. *Tempo Social*, vol. 16, n. 1, pp. 231-262. 2004.
- SCHUMAKER, L. *Africanizing Anthropology: Fieldwork, networks, and the making of cultural knowledge in Central Africa*. Durham: London: Duke University Press. 2001.
- \_\_\_\_\_. The Director as Significant Other: Max Gluckman and Team Fieldwork at the Rhodes-Livingstone Institute. In HANDLER, R. (ed.). *Significant Others: Interpersonal and Professional Commitments in Anthropology*. History of Anthropology vol. 10. Madison: The University of Wisconsin Press. 2004.
- SCOTT, J. Experiência. In SILVA et all. (orgs.). *Falas de Gênero: teorias, análises, leituras*. Editora das Mulheres. 1999.
- TURNER, V. 1957. *Schism and Continuity in an African Society: a study of Ndembu village life*. Manchester: Manchester University Press. 1957.
- TURNER, V.; BRUNER, E. (eds). 1986. *The Anthropology of Experience*. Chicago: University of Illinois Press.

VANSINA, J. Resenha de Mary Douglas, The Lele of the Kasai.  
*Man*, vol. 64, p. 67. 1964a.

\_\_\_\_\_. Resenha de Mary Douglas, The Lele of the Kasai.  
*Journal of African History*, vol. 5, n. 1, pp. 141-142. 1964b.

WERBNER, R. L. The Manchester School in South-Central Africa.  
*Annual Review of Anthropology*, vol. 13, pp. 157-185. 1984.